

UNICASA



**Relatório da Administração
2016**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**Gelson Luis Rostiolla**

Presidente do Conselho de Administração

Alexandre Grendene Bartelle

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Frank Zietolie

Membro do Conselho de Administração

Aymar Ferreira de Almeida Júnior

Membro do Conselho de Administração

Daniel Ferreira Maia de Freitas

Membro Independente do Conselho de Administração

DIRETORIA**Frank Zietolie**

Diretor Presidente e Comercial

Kelly Zietolie

Diretora Vice-Presidente

Gustavo Dall Onder

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

CONSELHO FISCAL**Maria Tereza Casagrande**

Presidente do Conselho Fiscal

Carlos Osvaldo Pereira Hoff

Membro do Conselho Fiscal

Thiago Costa Jacinto

Membro independente do Conselho Fiscal

Ivanir Moro

Contador

CRC/RS-053351/O-7

Aviso legal: As afirmações contidas neste documento relacionadas a: perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e projeções de crescimento da Unicasa são meramente estimativas e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente das condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e estão sujeitas a riscos conhecidos e desconhecidos e incertezas que podem fazer com que tais expectativas não se concretizem ou sejam substancialmente diferentes do que era esperado, e portanto, sujeitas à mudanças sem aviso prévio.

Aos Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da **Unicasa Indústria de Móveis S.A.** apresenta-lhes, a seguir, o **Relatório da Administração** e as **Demonstrações Contábeis** preparadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da *Comissão de Valores Mobiliários* (CVM). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB que são efetivas para as Demonstrações Contábeis findas em 31 de dezembro de 2016.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Caros acionistas, 2016 configurou-se como um ano muito difícil, um dos mais desafiadores para a Companhia e para a economia de uma forma geral. Em 2016 o PIB recuou 3,6%, enquanto que o varejo recuou 6,7%. O mercado de móveis foi duramente afetado nos últimos anos, dados do Sindmóveis/RS indicam que no período de 2013 a 2016 o mercado de móveis no Brasil recuou 29,6%, observamos concorrentes menores, geralmente pouco capitalizados, encerrando suas operações devido ao cenário tão difícil. Portanto, frente à redução da receita e à baixa perspectiva de que a recuperação do mercado de móveis ocorra rapidamente, tivemos que tomar decisões heterodoxas. Abaixo elencamos algumas das decisões que mais impactaram o nosso resultado nesse ano:

- Redução do escopo do projeto de lojas próprias. Estamos convictos de que o projeto cumpriu seu principal objetivo, o de reposicionar a marca Dell Anno no Estado de São Paulo, portanto, decidimos por manter apenas uma das operações e repassar as demais a revendedores autorizados. Como consequência dessa decisão, o ativo fiscal diferido de nossa Controlada, Unicasa Comércio de Móveis Ltda., foi revertido, pois não há expectativa de que a operação remanescente gerará lucros tributáveis futuros suficientes, nos próximos 10 anos, para amortizar o prejuízo fiscal acumulado da operação, procedimento em concordância com o estabelecido pela Instrução CVM 371. Essa reversão impactou o resultado na linha de IR/CS em R\$6,7 milhões;
- Encerramento de operações localizadas em pontos comerciais próprios operados por terceiros. A Companhia possuía três pontos comerciais para os quais havia adquirido o direito de exploração junto a shopping center e os cedia a terceiros. O cenário macroeconômico levou esses lojistas a encerrarem as operações e contribuiu para o insucesso na captação de novos investidores para operar nesses pontos. Assim, baixamos o valor residual do fundo de comércio investido, R\$3,1 milhões, e incorremos em despesas de encerramento de contrato no valor de R\$0,7 milhão;
- Reestruturação da Companhia nas áreas Comercial, Administrativa e Fabril, R\$1,8 milhão.

O cenário macroeconômico ainda impactou a inadimplência, dessa forma, registramos provisão para crédito de liquidação duvidosa, impactando o resultado em R\$7,5 milhões.

O Novo Código de Processo Civil (“NCPC”), que entrou em vigor no primeiro trimestre de 2016, provocou alterações na forma de classificação de riscos nos processos judiciais, afetando o resultado da Companhia de duas principais maneiras:

- Elevou o risco de perda em processos judiciais. Com base no histórico de decisões dos tribunais, revisamos a classificação de perda dos processos judiciais em carteira. Assim, aumentamos a provisão para perdas em processos judiciais em R\$3,8 milhões.
- Acordos em processos judiciais envolvendo consumidores. Baseado em estudos econômicos, a Companhia efetuou acordos judiciais com diversos consumidores que, segundo as novas regras do NCPC, gerariam despesas superiores caso seus processos fossem mantidos até o julgamento final ou entrassem em fase recursal, portanto, incorremos em gastos de R\$1,8 milhão.

Gostaríamos de salientar que apesar do resultado adverso, prejuízo líquido de R\$24,3 milhões, acreditamos ter passado a pior fase desse momento da economia. Nossa política de austeridade e a ausência de dívidas, contribuiu para a construção do alicerce para termos atravessado essa fase buscando o fortalecimento de nossas marcas e de nossos lojistas de forma a construirmos um caminho

para melhorar nossos produtos e serviços. Acreditamos ter preparado a Companhia para obter crescimentos sustentáveis quando o cenário político e econômico do país for mais favorável ao crescimento, de forma a permitir redução do desemprego, redução do endividamento das famílias e a consequente volta da confiança no país.

*Todos os valores expressos na Mensagem da Administração estão demonstrados pelo seu efeito líquido no resultado, ou seja, líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Sumário Executivo	2015	2016	Δ
Receita Bruta ex-IPI	287.167	245.359	-14,6%
Receita líquida	222.652	185.056	-16,9%
Lucro bruto	103.221	79.810	-22,7%
Margem Bruta	46,4%	43,1%	-3,3 p.p.
Despesas com Vendas e Administrativas	(98.739)	(112.215)	+13,6%
Outras receitas e despesas operacionais	3.531	1.637	-53,6%
Resultado operacional	8.013	(30.768)	-484,0%
Margem Operacional	3,6%	-16,6%	-20,2 p.p.
Resultado Financeiro	8.043	7.821	-2,8%
LAIR	16.056	(22.947)	-242,9%
IR/CS	(2.951)	(1.317)	-55,4%
Lucro líquido/(prejuízo líquido)	13.105	(24.264)	-285,2%
Margem Líquida	5,9%	-13,1%	-19,0 p.p.
EBITDA	18.696	(19.824)	-206,0%
Margem EBITDA	8,4%	-10,7%	-19,1 p.p.

DESEMPENHO DE VENDAS

A deterioração do cenário macroeconômico continua sendo o fator preponderante na queda de nossas vendas e entendemos que a restrição econômica em nosso setor apresentará uma curva mais longa de recuperação do que economia em geral.

Os segmentos do Unicasa Corporate e do Mercado Externo são afetados por oscilações significativas em função das especificidades dos projetos comercializados no período. Ao Mercado Externo, acrescenta-se a oscilação do câmbio.

Dell Anno e Favorita - Revendas Exclusivas e Lojas Próprias	2015	2016	Δ
Receita Bruta ex-IPI	155.193	129.266	-16,7%
Número de Módulos Vendidos (mil un.)	410,0	356,3	-13,1%
New e Casa Brasileira Revendas Exclusivas	2015	2016	Δ
Receita Bruta ex-IPI	80.728	67.450	-16,4%
Número de Módulos Vendidos (mil un.)	415,4	377,5	-9,1%
Multimarcas	2015	2016	Δ
Receita Bruta ex-IPI	32.832	30.523	-7,0%
Número de Módulos Vendidos (mil un.)	195,3	180,7	-7,5%
Unicasa Corporate	2015	2016	Δ
Receita Bruta ex-IPI	6.345	10.019	+57,9%
Número de Módulos Vendidos (mil un.)	24,8	35,2	+41,9%
Mercado Externo	2015	2016	Δ
Receita Bruta ex-IPI	9.087	5.287	-41,8%
Número de Módulos Vendidos (mil un.)	37,8	25,4	-32,8%

Consolidado Unicasa

Unicasa Indústria de Móveis	2015	2016	Δ
Receita Bruta ex-IPI	287.167	245.359	-14,6%
Número de Módulos Vendidos (mil un.)	1.114,3	1.001,0	-10,2%

CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO E VENDAS

Apresentamos abaixo a segregação, por marca e canal, da nossa rede de distribuição:

Período	1T15	2T15	3T15	4T15	1T16	2T16	3T16	4T16	Δ ⁽¹⁾
Re vendas Exclusivas e Lojas Próprias	619	574	522	480	463	448	433	410	(23)
Dell Anno e Favorita	253	233	217	204	190	184	182	172	(10)
New e Casa Brasileira	366	341	305	276	273	264	251	238	(13)
Multimarca	696	718	669	639	634	626	622	629	7
New e Casa Brasileira Multimarca	696	718	669	639	634	626	622	629	7

⁽¹⁾ Variação em relação ao 3T16.

A produtividade média por loja da Dell Anno e Favorita em 2016 foi de R\$57,3 mil/mês, 5,5% maior do que em 2015, que foi de R\$54,3 mil/mês, decorrente do encerramento de operações de baixa produtividade. A produtividade média por loja da New e Casa Brasileira em 2016 foi de R\$21,9 mil/mês, 3,8% maior do que em 2015, que foi de R\$21,1 mil, efeito do encerramento de operações de baixa produtividade.

DESEMPENHO FINANCEIRO**Lucro Bruto e Margem Bruta**

O Lucro Bruto do exercício foi de R\$79,8 milhões. A margem bruta reduziu 3,3 p.p. em relação a 2015, passando de 46,4% para 43,1%. Cerca de 2,0 p.p. é relativo ao aumento da alíquota do INSS sobre a receita, que passou de 1,0% para 2,5% em 2016, o restante é decorrente, principalmente, da maior representatividade de vendas realizadas para clientes com maior volume de compras e menor base de diluição de despesas fixas.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (VG&A)

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	2015	2016	Δ
Total	(98.739)	(112.215)	+13,6%
Despesas com Vendas	(78.266)	(79.414)	+1,5%
% Receita Líquida	35,2%	42,9%	+7,7 p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	(20.473)	(32.801)	+60,2%
% Receita Líquida	9,2%	17,7%	+8,5 p.p.
VGA % Receita Líquida	44,4%	60,6%	+16,2 p.p.

O gráfico abaixo demonstra a evolução das despesas com Vendas, Gerais e Administrativas de 2015x2016⁽¹⁾:



⁽¹⁾Em milhões.

No ano, as despesas com provisões foram R\$7,8 milhões maiores do que no mesmo período do ano passado. Esse aumento decorre, principalmente, da: (i) provisão para processos cíveis, trabalhistas e tributários que aumentou em R\$5,8 milhões, consequência da alteração do NCPC; (ii) da provisão para devedores duvidosos que aumentou em R\$1,2 milhão; e, (iii) das demais provisões que aumentaram em R\$0,8 milhão.

O encerramento de pontos próprios operados por terceiros ocasionou a baixa do fundo de comércio investido nesses pontos, R\$3,1 milhões, assim como custos de encerramento de contrato, R\$1,0 milhão.

As despesas com lojas próprias foram superiores em R\$1,6 milhão, principalmente, devido aos gastos pré-operacionais de uma nova unidade e aos gastos com transição das lojas aos novos operadores.

As despesas com atendimento de clientes foram maiores em R\$0,9 milhão, devido, principalmente, ao aumento nos gastos com processos judiciais. No último trimestre do ano, baseado em estudos econômicos, a Companhia efetuou acordos judiciais com diversos consumidores que, segundo as novas regras do NCPC, gerariam despesas superiores caso seus processos fossem mantidos até o julgamento final, portanto, incorremos em gastos de R\$2,8 milhões com esses acordos. Assim, as despesas relacionadas a frete, montagem e mercadorias e de processos judiciais que seguiram seu curso normal, foram R\$1,9 milhões menores do que em 2015.

As despesas com publicidade foram R\$0,6 milhão menores devido ao menor gasto com veiculação de anúncios em revistas.

As outras despesas foram menores em R\$0,3 milhão, principalmente devido à redução nos gastos com assessorias.

Outras receitas e despesas operacionais

As outras receitas e despesas operacionais reduziram 53,6%, devido, principalmente, à redução das receitas com direito de exploração de marcas que transacionamos em 2015 com alguns revendedores exclusivos.

Outras Receitas e Despesas Operacionais	2015	2016	Δ
Total	3.531	1.637	-53,6%
Outras Despesas Operacionais	(1.985)	(1.562)	-21,3%
Outras Receitas Operacionais	5.516	3.199	-42,0%
Prêmio Bancário	2.709	2.658	-1,9%
Direito de exploração de marcas	1.924	-	-100,0%
Outras Receitas operacionais	883	541	-38,7%
% Receita Líquida	1,6%	0,9%	-0,7 p.p.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro reduziu 2,8%, devido, principalmente, à redução na receita com variação cambial, que foi parcialmente compensada pelo aumento da receita com aplicação financeira.

Resultado Financeiro	2015	2016	Δ
Resultado Financeiro Líquido	8.043	7.821	-2,8%
Despesas Financeiras	(3.958)	(3.975)	+0,4%
Receitas Financeiras	12.001	11.796	-1,7%

Imposto de Renda e Contribuição Social

Neste ano, conforme comentado na Mensagem da Administração, reduzimos o escopo do projeto lojas próprias. Como consequência dessa decisão, o ativo fiscal diferido de nossa Controlada, Unicasa Comércio de Móveis Ltda., foi revertido, pois não há expectativa de que a operação remanescente gerará lucros tributáveis futuros suficientes, nos próximos 10 anos, para amortizar o prejuízo fiscal acumulado da operação, procedimento em concordância com o estabelecido pela Instrução CVM 371. Essa reversão impactou o resultado na linha de IR/CS em R\$6,7 milhões.

EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA	2015	2016	Δ
Lucro/(Prejuízo) Líquido do período	13.105	(24.264)	-285,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.951	1.317	-55,4%
Resultado Financeiro	(8.043)	(7.821)	-2,8%
(=) EBIT	8.013	(30.768)	-484,0%
Depreciação e Amortização	10.683	10.944	+2,4%
(=) EBITDA	18.696	(19.824)	-206,0%
Margem EBITDA	8,4%	-10,7%	-19,1 p.p.

Fluxo de caixa

Fluxo de caixa	2015	2016	Δ
Disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	22.996	10.146	-55,9%
Fluxo de caixa nas atividades de investimento	(8.602)	(8.744)	+1,7%
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento	(9.069)	(6.774)	-25,3%
Aumento (redução) de caixa	5.325	(5.372)	-200,9%

Em 2016, a Companhia reduziu sua posição de caixa em relação ao encerramento do exercício de 2015, principalmente, devido à redução na receita, que impactou a geração operacional de caixa, e pela manutenção investido em seu parque fabril no mesmo nível do realizado em 2015.

Capital de giro

Capital de giro ⁽¹⁾	2015	2016	Δ
Contas a receber médio	56.654	44.713	(11.941)
<i>Prazo médio de recebimento de vendas (dias)</i>	71	66	(5)
Estoque médio	29.858	26.312	(3.546)
<i>Prazo médio de renovação de estoques (dias)</i>	83	79	(4)
Fornecedores médio	30.672	25.075	(5.597)
<i>Prazo médio de pagamento de fornecedores (dias)</i>	21	22	1
Adiantamento de clientes médio	34.358	28.485	(5.872)
<i>Prazo médio de adiantamento de clientes (dias)</i>	43	42	(1)
Capital de giro	21.482	17.465	(4.017)

⁽¹⁾ Últimos doze meses

A necessidade de capital de giro da Companhia reduziu R\$4,0 milhões no período, principalmente, devido à redução na receita, que impacta no menor volume de contas a receber e necessidade de estoque.

Caixa Líquido

Caixa Líquido	31/12/2015	31/12/2016	Δ
Dívida de Curto Prazo	-	-	n/a
Dívida de Longo Prazo	-	-	n/a
Dívida Bruta	-	-	n/a
Caixa e Equivalentes de Caixa	33.204	27.832	-16,2%
Aplicações Financeiras	4.446	4.779	+7,5%
Dívida Líquida / (Caixa excedente)	(37.650)	(32.611)	-13,4%

Retorno sobre o Capital Investido (ROIC)

Retorno sobre o Capital Investido	2015	2016	Δ
EBIT (UDM)	8.013	(30.768)	-484,0%
Média do Ativo Operacional	170.848	154.618	-9,5%
ROIC bruto	4,7%	-19,9%	-24,6 p.p.
Taxa Efetiva IR + CSLL (UDM)	18,4%	5,7%	-12,7 p.p.
ROIC Líquido	3,8%	-18,8%	-22,6 p.p.

DESTINAÇÃO DO RESULTADO E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Não haverá distribuição de Juros sobre o Capital Próprio nem de Dividendos, pois em 2016 a Companhia registrou prejuízo de R\$24,3 milhões.

RECURSOS HUMANOS

A Unicasa encerrou o ano de 2016 com 577 funcionários, redução de 25% em relação a 2015, quando a Companhia possuía 766 funcionários.

FATOS ADMINISTRATIVOS

Em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 08 de novembro de 2016, foi aceita a renúncia do Sr. Thiago Proença Baisch, por motivos pessoais, ao cargo de Diretor Comercial, que passou a ser ocupado pelo Sr. Frank Zietolie, também Diretor Presidente. O Sr. Gustavo Dall Onder foi eleito para substituir o Sr. Frank Zietolie no cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

SUSTENTABILIDADE

Preservar o planeta é cuidar de todos nós. Ciente disso, a Unicasa tem a máxima preocupação em produzir móveis através das práticas sustentáveis e que contribuem para a preservação do meio ambiente, tais como:

- a água utilizada na fábrica é reaproveitada, assim reduzimos a captação desse recurso na natureza;
- os co-produtos gerados no processo produtivo, como a serragem e a madeira são reaproveitados por outros setores da economia, como olarias e criadores de animais da região;
- ao invés de óleo diesel, utilizamos GLP e;
- toda madeira utilizada nos móveis é certificada, proveniente de florestas renováveis e com plano de manejo.

MERCADO DE CAPITAIS

No encerramento do exercício de 2016, a Unicasa, apresentava um valor de mercado de cerca de R\$167,9 milhões, tendo como base a cotação da ação da Companhia de R\$2,54. No ano foram realizados cerca de 26 mil negócios envolvendo as ações da Unicasa, média diária de 104 negócios, o que representou um giro financeiro de cerca de R\$81,0 milhões, média diária de R\$352 mil.

As ações da Unicasa “UCAS3” estão listadas no Novo Mercado, segmento da BM&FBovespa que reúne companhias com o mais elevado padrão de governança corporativa. A Unicasa possui 66.086.364 de ações das quais, aproximadamente, 42,6% estão em circulação. O valor patrimonial da ação no encerramento do exercício de 2016 é de R\$2,64.

AUDITOR INDEPENDENTE

Atendendo ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S.(“EY”) prestou, à Companhia, no exercício de 2016, apenas serviços relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras, nos seguintes termos:

- Auditoria completa realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (individual e consolidado) e IFRS (consolidado) da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e revisões das Informações Trimestrais da Companhia de 31 de março, de 30 de junho e 30 de setembro de 2016, com honorários totais de R\$281.000,00. Data contratação: 24/04/2016, prazo final: 23/04/2017;

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis e com as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes deste Regulamento de Listagem, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Unicasa Indústria de Móveis S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Demonstrações Contábeis Consolidadas elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Boards – IASB, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de março de 2017. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o Relatório dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S.S, sem ressalvas, datado de 09 de março de 2017, relativas às Demonstrações

Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao comprometimento dos nossos colaboradores, ao apoio dos acionistas, ao empenho dos nossos fornecedores e à confiança de nossos lojistas e consumidores.

Demonstrações Financeiras

Unicasa Indústria de Móveis S.A.

31 de dezembro de 2016 e 2015
com relatório do auditor independente

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....1

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Unicasa Indústria de Móveis S.A.
Bento Gonçalves - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unicasa Indústria de Móveis S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Unicasa Indústria de Móveis S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia possui provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2016 nos montantes de R\$27.935 mil e R\$28.836 mil, individual e consolidado, respectivamente, reconhecida para os saldos de contas a receber com baixa expectativa de realização.

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi considerada significativa para o nosso processo de auditoria pois envolve um significativo nível de julgamento por parte da administração na determinação e avaliação das premissas e fatores que afetam a capacidade de pagamento dos clientes, incluindo cenário econômico atual e prospectivo, avaliação dos níveis de inadimplência e garantias recebidas, bem como avaliação das renegociações realizadas com clientes e franqueados.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a revisão da política de contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa; análise dos saldos por vencimento (*aging-list*), incluindo discussões com a administração; análise do histórico de inadimplência, garantias recebidas e dos contratos renegociados junto aos seus principais clientes e franqueados.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto na nota explicativa 4 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos, relacionados a temas tributários, cíveis e trabalhistas, conforme divulgado na nota explicativa 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Devido à relevância dos valores envolvidos nos processos em andamento, ao julgamento envolvido na determinação de reconhecimento ou não de um passivo contingente pela Administração e pelos seus consultores jurídicos, e pela complexidade dos assuntos e do ambiente jurídico no Brasil, consideramos esse assunto como significativo para o nosso processo de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, dentre outros, a obtenção de cartas de confirmação dos consultores jurídicos da Companhia, bem como a realização de reuniões periódicas com assessor jurídico interno e com a administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto, a fim de comparar suas avaliações acerca destas causas em aberto com as posições consideradas pelos consultores jurídicos.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto incluídas na nota explicativa 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 09 de março de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/F-6

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	26.052	32.354	27.832	33.204
Aplicações financeiras		4.779	-	4.779	-
Contas a receber de clientes	4	22.189	34.620	21.903	36.005
Estoques	5	18.958	23.717	21.000	25.946
Empréstimos concedidos	7	2.521	3.838	2.521	3.838
Impostos a recuperar		6.542	6.660	6.631	6.794
Outros ativos	8	3.517	3.541	4.406	3.778
Total do ativo circulante		84.558	104.730	89.072	109.565
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras		-	4.446	-	4.446
Contas a receber de clientes	4	11.944	18.018	11.944	18.018
Empréstimos concedidos	7	3.235	1.960	3.235	1.960
Ativos mantidos para venda	6	11.006	6.949	11.006	6.949
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	13.796	9.058	13.796	15.113
Depósitos judiciais	13.b	3.212	4.877	3.245	4.891
Outros ativos	8	1.387	345	3.035	345
		44.580	45.653	46.261	51.722
Investimentos					
Em controlada	9	-	1.615	-	-
Outros investimentos		82	82	82	82
Imobilizado	10	82.360	81.551	83.014	83.277
Intangível	11	15.274	23.167	15.291	23.170
		97.716	106.415	98.387	106.529
Total do ativo não circulante		142.296	152.068	144.648	158.251
Total do ativo		226.854	256.798	233.720	267.816

Nota	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Passivo				
Circulante				
	3.093	2.093	3.343	2.204
	2.917	3.344	3.447	3.823
14.c	-	6.774	-	6.774
	3.126	3.689	3.827	4.693
	16.016	24.212	25.496	33.608
13.c	6.103	9.474	6.103	9.474
9	4.353	-	-	-
	3.484	2.076	3.742	2.104
	39.092	51.662	45.958	62.680
Não circulante				
13.a	12.931	6.643	12.931	6.643
	602	-	602	-
	13.533	6.643	13.533	6.643
Patrimônio líquido				
14	187.709	187.709	187.709	187.709
	(2.658)	(2.658)	(2.658)	(2.658)
	-	13.442	-	13.442
	(10.822)	-	(10.822)	-
	174.229	198.493	174.229	198.493
Total do passivo e patrimônio líquido				
	226.854	256.798	233.720	267.816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita líquida de vendas	18	168.877	204.719	185.056	222.652
Custo dos produtos vendidos		(106.400)	(120.255)	(105.246)	(119.431)
Lucro bruto		62.477	84.464	79.810	103.221
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas		(59.983)	(59.352)	(79.414)	(78.266)
Despesas administrativas		(32.801)	(20.473)	(32.801)	(20.473)
Outras receitas operacionais	15	3.087	5.422	3.199	5.516
Outras despesas operacionais		(1.554)	(1.985)	(1.562)	(1.985)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(7.968)	(10)	-	-
		(99.219)	(76.398)	(110.578)	(95.208)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		(36.742)	8.066	(30.768)	8.013
Resultado Financeiro					
Despesas financeiras	16	(3.837)	(3.786)	(3.975)	(3.958)
Receitas financeiras	16	11.577	11.800	11.796	12.001
		7.740	8.014	7.821	8.043
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(29.002)	16.080	(22.947)	16.056
Imposto de renda e contribuição social	12				
Correntes		-	(769)	-	(878)
Diferidos		4.738	(2.206)	(1.317)	(2.073)
		4.738	(2.975)	(1.317)	(2.951)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(24.264)	13.105	(24.264)	13.105
Resultado por ação, básico e diluído	14.d	(0,36716)	0,1983	(0,36716)	0,1983

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(24.264)	13.105	(24.264)	13.105
Total de resultado abrangente do exercício	(24.264)	13.105	(24.264)	13.105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros			Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	
		Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal			Reserva para expansão
Saldos em 31 de dezembro de 2014		187.709	(2.658)	7.838	-	192.889	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	13.105	13.105	
Destinação do lucro							
Reserva legal	14.b	-	-	655	(655)	-	
Retenção de lucros	14.b	-	-	-	(4.949)	-	
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	(7.501)	(7.501)	
Saldos em 31 de dezembro de 2015		187.709	(2.658)	8.493	4.949	-	198.493
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(24.264)	(24.264)
Reversão de reservas para absorção de prejuízo do exercício:							
Reserva legal	14.b	-	-	(8.493)	-	8.493	-
Retenção de lucros	14.b	-	-	-	(4.949)	4.949	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		187.709	(2.658)	-	-	(10.822)	174.229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(29.002)	16.080	(22.947)	16.056
Ajuste para conciliar o resultado às disponibilidades:				
Depreciação e amortização	10.763	10.516	10.944	10.683
Variação cambial – clientes	292	(95)	292	(95)
Provisão para riscos trabalhistas, tributários, cíveis e de encerramento de relação comercial	6.288	1.826	6.288	1.826
Provisão para obsolescência	(226)	(46)	(226)	(46)
Provisão para devedores duvidosos	10.971	9.496	11.323	10.116
Outras provisões	1.206	177	1.290	177
Baixas do ativo imobilizado e intangível	3.158	51	3.169	201
Resultado de equivalência patrimonial	7.968	10	-	-
	11.418	38.015	10.133	38.918
Variação nos ativos e passivos:				
Contas a receber de clientes	7.242	(4.201)	8.561	(4.259)
Estoques	4.985	(3.004)	4.354	(3.212)
Impostos a recuperar	1.137	(577)	1.213	(604)
Empréstimos concedidos	42	329	42	329
Outros ativos circulantes e não circulantes	1.717	(1.348)	1.809	(1.445)
Ativos não circulantes mantidos para venda	(4.057)	2.114	(4.057)	2.114
Fornecedores	1.000	(1.963)	1.139	(1.929)
Adiantamento de clientes	(8.196)	4.845	(8.112)	4.406
Outros passivos circulantes e não circulantes	(3.606)	(9.416)	(3.886)	(9.955)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.019)	(1.164)	(1.050)	(1.367)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	10.663	23.630	10.146	22.996
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Aplicações financeiras	(333)	(4.446)	(333)	(4.446)
Integralização de capital em controlada	(2.000)	(1.000)	-	-
Aquisições de imobilizado	(6.863)	(3.690)	(7.401)	(3.870)
Aquisições de intangível	(995)	(286)	(1.010)	(286)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimento	(10.191)	(9.422)	(8.744)	(8.602)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(6.774)	(9.069)	(6.774)	(9.069)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamento	(6.774)	(9.069)	(6.774)	(9.069)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(6.302)	5.139	(5.372)	5.325
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	32.354	27.215	33.204	27.879
No final do exercício	26.052	32.354	27.832	33.204
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(6.302)	5.139	(5.372)	5.325
Transações que não afetam caixa				
Venda de operações próprias (Nota 1)				
Estoque	-	-	818	-
Outros ativos	(1.070)	-	(3.481)	-
Imobilizado	515	-	1.934	-
Fundo de comércio – intangível	506	-	506	-
Outros passivos	49	-	223	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita de vendas produtos, líquido de devoluções e ajuste a valor presente	229.733	271.174	253.244	296.395
Outras receitas	1.260	4.680	1.364	4.770
Provisão para devedores duvidosos	(10.971)	(9.496)	(11.323)	(10.116)
	220.022	266.358	243.285	291.049
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos, mercadorias vendidas	(100.084)	(119.457)	(100.856)	(120.533)
Materiais, energia, serviços de terceiros	(37.825)	(45.487)	(45.089)	(51.930)
Outros	(21.082)	(4.058)	(21.496)	(4.166)
	(158.991)	(169.002)	(167.441)	(176.629)
Valor adicionado bruto	61.031	97.356	75.844	114.420
Depreciação e amortização	(10.763)	(10.516)	(10.944)	(10.683)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	50.268	86.840	64.900	103.737
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(7.968)	(10)	-	-
Receitas financeiras	11.965	11.984	12.194	12.191
	3.997	11.974	12.194	12.191
Valor adicionado total a distribuir	54.265	98.814	77.094	115.928
Pessoal				
Remuneração direta	28.770	30.308	35.711	37.439
Benefícios	3.717	3.544	4.232	4.108
FGTS	3.381	3.126	4.166	3.823
	35.868	36.978	44.109	45.370
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	21.284	26.359	30.691	29.458
Estaduais	15.498	16.776	17.850	19.418
Municipais	121	139	255	227
	36.903	43.274	48.796	49.103
Remuneração de capitais de terceiros				
Aluguéis	2.648	1.758	5.205	4.479
Juros	-	-	-	-
Outros	3.110	3.699	3.248	3.871
	5.758	5.457	8.453	8.350
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	7.501	-	7.501
Lucros retidos / prejuízo do exercício	(24.264)	5.604	(24.264)	5.604
	(24.264)	13.105	(24.264)	13.105
Valor adicionado total distribuído	54.265	98.814	77.094	115.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Unicasa Indústria de Móveis S.A. (“Companhia”), fundada no ano de 1985, tem como objeto social a industrialização, o comércio, a importação e exportação de produtos relacionados ao ramo de mobiliário de madeira, ferro, aço e alumínio, cozinhas e outros artigos relacionados ao mobiliário doméstico e comercial. A Companhia é uma sociedade de capital aberto, com sede na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, tendo suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&F Bovespa S.A., sob o código UCAS3 desde 27 de abril de 2012.

A Companhia possui uma ampla rede de lojas de vendas exclusivas e multimarcas no Brasil e no exterior que comercializam os produtos das marcas “Dell Anno”, “Favorita”, “New” e “Casa Brasileira”.

A Unicasa Comércio de Móveis Ltda. (controlada), incluída nas demonstrações financeiras consolidadas, tem por objeto o comércio varejista de móveis planejados, com administração de lojas nas cidades de São Paulo e Manaus.

No último trimestre de 2016, a Administração da Companhia decidiu pela redução do número de lojas próprias através do repasse de 4 lojas (de um total de 7 lojas) para administração direta de revendedores independentes autorizados.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada em reunião de diretoria realizada em 09 de março de 2017.

2. Sumário das políticas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, aprovados pela CVM e também conforme os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”).

A Companhia revisou e adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que são efetivas para as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2015.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um exercício não superior a um ano.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: 12 – Imposto de renda e contribuição social, 13 – Provisões e 20 – Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro.

As práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras e considerações sobre o uso de estimativas e julgamentos, estão apresentadas nesta seção.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, correspondendo às utilizadas por ela na sua gestão. Ressaltamos, ainda, que as práticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

2.2 Base de consolidação

A controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda. é integralmente consolidada a partir da data de constituição. Suas demonstrações contábeis são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis uniformes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

2.3 Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

2.4 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.4 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foram identificados fatores de riscos e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

2.5 Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e empréstimos concedidos a clientes. Esses ativos foram classificados na categoria de empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. Estes instrumentos são classificados como outros passivos financeiros e mensurados ao custo amortizado.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros. Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira.

Outros passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.6 Novas normas, alterações e interpretações de normas

Normas novas ou revisadas aplicadas pela primeira vez em 2016

A Companhia e sua controlada entendem que as alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB, com efeito, a partir de 1º de janeiro de 2016, não produziram impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

Normas novas ou revisadas que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017

Alterações à IAS 7 Demonstrações de fluxos de caixa – Iniciativa de divulgação (Vigência a partir de 01/01/2017): As alterações fazem parte da iniciativa de divulgação do IASB e exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa.

Alterações à IAS 12 Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas (Vigência a partir de 01/01/2017): As alterações esclarecem que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela pode fazer deduções sobre a reversão da diferença temporária dedutível. Além disso, as alterações fornecem orientações de como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as situações em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de ativos por valores maiores do que o valor contábil.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018): O objetivo, em última instância, é o de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.

IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018): O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.

IFRS 16 Leases (Vigência a partir de 01/01/2019): o IASB emitiu a norma IFRS 16, que define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de leases (arrendamentos), substituindo o IAS 17 – Leases e interpretações relacionadas.

Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	1.281	1.103	2.822	1.494
Aplicações financeiras – CDBs	24.771	31.251	25.010	31.710
	26.052	32.354	27.832	33.204

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de curto prazo, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha (assim compreendido entre as 10 maiores instituições do país), cujos rendimentos são atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI, a uma taxa média de 101,16% do CDI em 31 de dezembro de 2016 (101,7% em 31 de dezembro de 2015).

4. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
No mercado nacional				
de terceiros	51.991	61.494	53.949	63.548
de partes relacionadas (Nota 17)	1.904	643	-	-
No mercado externo				
de terceiros	1.730	3.113	1.730	3.113
Cheques a receber	7.090	7.826	7.651	8.359
	62.715	73.076	63.330	75.020
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(27.935)	(19.277)	(28.836)	(19.836)
(-) Ajuste a valor presente – AVP	(647)	(1.161)	(647)	(1.161)
	34.133	52.638	33.847	54.023
Ativo circulante	22.189	34.620	21.903	36.005
Ativo não circulante	11.944	18.018	11.944	18.018
	34.133	52.638	33.847	54.023

Os valores classificados no ativo não circulante referem-se a novações de créditos junto a clientes da rede. Essas novações, usualmente, possuem prazo superior a um ano, sendo os saldos atualizados monetariamente, acrescidos de juros compatíveis com os praticados no mercado.

Os prazos médios de recebimento, ponderado pelo prazo médio de vencimento do faturamento, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram de 24 e 25 dias, respectivamente.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo no início do exercício	(19.277)	(13.541)	(19.836)	(13.541)
Adições	(13.679)	(10.506)	(14.164)	(11.229)
Recuperações / realizações	2.708	1.010	2.841	1.113
Baixa por incobráveis	2.313	3.760	2.323	3.821
Saldo no final do exercício	(27.935)	(19.277)	(28.836)	(19.836)

4. Contas a receber de clientes--Continuação

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a análise do saldo de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
A vencer	35.983	44.995	35.610	46.006
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	2.844	3.199	2.864	3.438
De 31 a 60 dias	1.525	1.569	1.557	1.705
De 61 a 90 dias	1.106	1.069	1.142	1.277
De 91 a 180 dias	2.336	4.942	2.428	5.029
Acima de 181 dias	18.921	17.302	19.729	17.565
	62.715	73.076	63.330	75.020

A provisão para devedores duvidosos é constituída pela análise individual da totalidade de contas a receber de clientes com saldos vencidos há mais de 90 dias, considerando sua capacidade de pagamento, o cenário econômico atual e prospectivo, a avaliação dos níveis de inadimplência e garantias recebidas, bem como a avaliação das renegociações realizadas, sendo provisionados ainda casos específicos ainda não vencidos, que no julgamento da administração da Companhia possuem risco de não serem recebidos.

5. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- (i) Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.
- (ii) Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e para a realização da venda.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Produtos prontos	4	33	1.628	1.703
Produtos em elaboração	2.106	1.762	2.106	1.762
Mercadorias para revenda	385	259	803	818
Matérias primas	15.302	20.031	15.302	20.031
Adiantamentos a fornecedores	21	729	21	729
Materiais diversos	1.514	1.503	1.514	1.503
Provisão para obsolescência	(374)	(600)	(374)	(600)
	18.958	23.717	21.000	25.946

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A movimentação da provisão para obsolescência está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Saldo no início do exercício	(600)	(646)
Adições	(636)	(723)
Recuperações / realizações	862	769
Saldo no final do exercício	(374)	(600)

6. Ativos mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de R\$ 11.006 (R\$ 6.949 em 31 de dezembro de 2015) está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. A Companhia contratou corretores especializados em vendas de imóveis com o objetivo de promover a venda destes bens e acredita na realização dessas vendas no decorrer dos próximos anos. Os ativos são mantidos pelo seu valor contábil, sendo inferiores aos seus valores justos, deduzidos das despesas de venda.

7. Empréstimos concedidos

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Empréstimos concedidos	5.780	5.885
(-) Ajuste a valor presente – AVP	(24)	(87)
	5.756	5.798
Ativo circulante	2.521	3.838
Ativo não circulante	3.235	1.960
	5.756	5.798

Referem-se a empréstimos concedidos pela Companhia a clientes com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de revendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 17,85% ao ano (18,08% em 2015). Em garantia destas operações a Companhia possui cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau.

8. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Outros ativos - circulante:				
Adiantamentos e antecipações	856	855	982	1.066
Despesas antecipadas	876	945	876	971
Devedores diversos (*)	1.785	1.741	1.785	1.741
Outras contas a receber – venda operações próprias (**)	-	-	763	-
	3.517	3.541	4.406	3.778
Outros ativos – não circulante:				
Outras contas a receber – venda operações próprias (**)	1.070	-	2.718	-
Outros	317	345	317	345
	1.387	345	3.035	345

(*) Refere-se, principalmente, à verba de propaganda cooperada a receber de revendedores para veiculação de campanhas de marketing.

(**) Corresponde ao saldo a receber de terceiros pela alienação de parcela de suas operações próprias mantidas pela sua controlada Unicasa Comércio Ltda., conforme comentado na Nota 1. O valor total da venda foi de R\$3.481, e o saldo será recebido em parcelas mensais. Esta operação está coberta por garantia real conforme prazo estipulado em contratos. O recebimento das parcelas está demonstrado a seguir:

Ano	R\$
2017	763
2018	895
2019	935
2020	685
Acima de 2020	203
	3.481

9. Investimentos

O investimento em controlada é avaliado com base no método de equivalência patrimonial conforme CPC 18 (R2). Os principais saldos da controlada são os seguintes:

	Unicasa Comércio de Móveis Ltda.	
	2016	2015
Ativo circulante	6.728	5.781
Ativo não circulante	2.352	7.798
Passivo	13.069	11.607
Patrimônio líquido	(3.989)	1.972
Capital social	15.600	13.600

	Unicasa Comércio de Móveis Ltda.	
	2016	2015
Receita líquida	26.946	29.803
Prejuízo do exercício da controlada	(7.961)	(66)
% Participação	99,99%	99,99%
Resultado de equivalência patrimonial	(7.961)	(66)
Efeito de lucro não realizado	(7)	56
Total da equivalência patrimonial	(7.968)	(10)

A movimentação do investimento em controlada está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2016	2015
Saldo no início do exercício	1.615	625
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	300
Integralização de capital	2.000	700
Equivalência patrimonial	(7.968)	(10)
Saldo do investimento (passivo a descoberto) no final do exercício	(4.353)	1.615

10. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas de depreciação e levam em consideração o tempo de vida útil estimada desses bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. O ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A composição do imobilizado é como segue:

Controladora

Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamentos	Total
Saldos em 2015	2.285	21.557	7.387	5.157	96.150	120	2.480	4.796	1.029	10	140.971
Aquisições	-	10	20	104	247	-	97	76	936	5.373	6.863
Baixas	-	-	-	-	(166)	(25)	(168)	(1.460)	-	-	(1.819)
Venda operações próprias (*)	-	-	(515)	-	-	-	-	-	-	-	(515)
Transferências	-	8	655	292	1.076	-	3	271	(1.049)	(1.256)	-
Saldos em 2016	2.285	21.575	7.547	5.553	97.307	95	2.412	3.683	916	4.127	145.500

Depreciação acumulada	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamentos	Total
Saldos em 2015	-	(5.939)	(1.944)	(1.595)	(45.158)	(71)	(1.369)	(3.344)	-	-	(59.420)
Depreciações	-	(233)	(634)	(291)	(3.821)	(4)	(126)	(336)	-	-	(5.445)
Baixas	-	-	-	-	160	23	118	1.424	-	-	1.725
Saldos em 2016	-	(6.172)	(2.578)	(1.886)	(48.819)	(52)	(1.377)	(2.256)	-	-	(63.140)

Imobilizado líquido

Saldos em 2015	2.285	15.618	5.443	3.562	50.992	49	1.111	1.452	1.029	10	81.551
Saldos em 2016	2.285	15.403	4.969	3.667	48.488	43	1.035	1.427	916	4.127	82.360

Consolidado

Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamentos	Total
Saldos em 2015	2.285	21.557	8.176	5.301	96.211	120	3.215	5.154	1.029	10	143.058
Aquisições	-	10	68	112	247	-	432	223	936	5.373	7.401
Baixas	-	-	-	-	(166)	(25)	(179)	(1.491)	-	-	(1.861)
Venda operações próprias (*)	-	-	(1.052)	(122)	(17)	-	(563)	(180)	-	-	(1.934)
Transferências	-	8	655	292	1.076	-	3	271	(1.049)	(1.256)	-
Saldos em 2016	2.285	21.575	7.847	5.583	97.351	95	2.908	3.977	916	4.127	146.664

Depreciação acumulada	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamentos	Total
Saldos em 2015	-	(5.939)	(2.072)	(1.603)	(45.193)	(71)	(1.478)	(3.425)	-	-	(59.781)
Depreciações	-	(233)	(694)	(297)	(3.823)	(4)	(186)	(388)	-	-	(5.625)
Baixas	-	-	-	-	160	23	128	1.445	-	-	1.756
Saldos em 2016	-	(6.172)	(2.766)	(1.900)	(48.856)	(52)	(1.536)	(2.368)	-	-	(63.650)

Imobilizado líquido

Saldos em 2015	2.285	15.618	6.104	3.698	51.018	49	1.737	1.729	1.029	10	83.277
Saldos em 2016	2.285	15.403	5.081	3.683	48.495	43	1.372	1.609	916	4.127	83.014

Vida útil média – em anos

-	77,98	22,47	21,79	18,76	16,58	15,63	7,63	-	-
---	-------	-------	-------	-------	-------	-------	------	---	---

(*) Baixa dos bens referentes à transação de venda das operações próprias, conforme nota explicativa 1.

11. Intangível

Os ativos intangíveis com vida definida são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização destes ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo.

Controladora

	Software	Marcas e patentes	Fundo de comércio	Total
Saldos em 2015	1.345	67	21.755	23.167
Aquisições	665	-	330	995
Baixas e outros (*)	-	-	(3.570)	(3.570)
Amortização	(393)	(11)	(4.914)	(5.318)
Saldos em 2016	1.617	56	13.601	15.274

Consolidado

	Software	Marcas e patentes	Fundo de comércio	Total
Saldos em 2015	1.348	67	21.755	23.170
Aquisições	680	-	330	1.010
Baixas e outros (*)	-	-	(3.570)	(3.570)
Amortização	(394)	(11)	(4.914)	(5.319)
Saldos em 2016	1.634	56	13.601	15.291

Vida útil média em anos	6,50	12,88	7,57
-------------------------	-------------	--------------	-------------

(*) Representa a baixa de fundo de comércio pelo encerramento e venda de operações próprias, conforme comentado na Nota 1.

Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos da Companhia, por não atenderem aos critérios de capitalização, foram reconhecidos no resultado do exercício, em 31 de dezembro de 2016, na Controladora e no Consolidado, no montante de R\$ 1.581 (R\$ 1.142 em 31 de dezembro de 2015).

12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base na alíquota fiscal vigente. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no resultado abrangente, para os quais, o imposto também é reconhecido no resultado abrangente.

O reconhecimento do imposto diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Administração da Companhia no exercício de 2016, em decorrência da redução das atividades da sua controlada Unicasa Comércio Ltda. (Nota 1), revisou o seu plano de negócios e concluiu que as projeções de lucros tributáveis futuros não serão suficientes para compensar os tributos diferidos registrados em um prazo razoável de tempo (10 anos). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2016, foram revertidos créditos tributários diferidos no montante de R\$6.672 (consolidado).

Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(29.002)	16.080	(22.947)	16.056
IR (25%) e CS (9%) à taxa nominal	9.861	(5.467)	7.802	(5.459)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:				
Juros sobre capital próprio	-	2.550	-	2.550
Equivalência patrimonial	(2.709)	(3)	-	-
Reversão de créditos tributários de controlada	-	-	(6.672)	-
Despesas não dedutíveis (*)	(1.049)	(48)	(1.049)	(48)
Impostos diferidos reconhecidos de exercícios anteriores	(798)	-	(798)	-
Outras exclusões/adições permanentes	(567)	(7)	(600)	6
Total do IR e CS:	4.738	(2.975)	(1.317)	(2.951)
Despesa de IR e CS correntes	-	(769)	-	(878)
IR e CS diferidos referentes à:				
Constituição e reversão de diferenças temporárias	2.759	(2.206)	2.569	(2.016)
Constituição e reversão sobre prejuízo fiscal	1.979	-	(3.886)	(57)
	4.738	(2.975)	(1.317)	(2.951)
Alíquota efetiva	16%	19%	-6%	18%

(*) Referente, principalmente, pela baixa do saldo de fundos de comércio de controlada (Nota 11).

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos está descrita a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Balanço patrimonial		Resultado		Balanço patrimonial		Resultado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Sobre diferenças temporárias:								
Ativas								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.498	6.554	2.944	1.951	9.498	6.744	2.754	2.141
Provisão para estoques obsoletos	127	204	(77)	(16)	127	204	(77)	(16)
Provisão para perda com avais	1.351	1.351	-	-	1.351	1.351	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e de encerramento de relação comercial	6.471	5.480	991	(2.176)	6.471	5.480	991	(2.176)
Ajuste a valor presente – AVP	228	424	(196)	(136)	228	424	(196)	(136)
Outras provisões e diferenças temporárias	1.182	721	461	444	1.182	721	461	444
	18.857	14.734	4.123	67	18.857	14.924	3.933	257
Passivas								
Diferença depreciação fiscal e societária	(7.040)	(5.676)	(1.364)	(2.273)	(7.040)	(5.676)	(1.364)	(2.273)
	11.817	9.058	2.759	(2.206)	11.817	9.248	2.569	(2.016)
Sobre base de prejuízos fiscais								
	1.979	-	1.979	-	1.979	5.865	(3.886)	(57)
Total	13.796	9.058	4.738	(2.206)	13.796	15.113	(1.317)	(2.073)

A Administração prevê que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização das contingências, perdas e das obrigações projetadas.

Em 31 de dezembro de 2016 a controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda. possui um saldo de R\$18.640 acumulado de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL e R\$984 decorrentes de diferenças temporárias para os quais não foram reconhecidos créditos tributários diferidos correspondentes.

13. Provisões

a) Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia consta como ré em certos processos de natureza trabalhista, tributária e cível. A perda estimada foi provisionada com base na opinião de seus assessores jurídicos, em montante considerado suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis que venham a ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis. A provisão está composta como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Provisão para riscos trabalhistas	1.667	2.084
Provisão para riscos tributários	2.247	1.199
Provisão para riscos cíveis	9.017	3.360
	12.931	6.643

13. Provisões--Continuação

a) Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis--continuação

Trabalhistas – a Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados, principalmente, a reclamações de horas-extras, insalubridade e periculosidade, entre outros.

Tributário – a Companhia é parte em processos tributários, principalmente, referente ao imposto de importação e INSS.

Cíveis – a Companhia é parte em processos cíveis envolvendo os lojistas e consumidores finais, sendo que neste último a Companhia poderá vir a ser considerada parte solidária.

Em 18 de março de 2016, com a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) e seguindo orientações de nossos assessores jurídicos, reavaliamos os processos cíveis em andamento em que a Companhia é parte solidária e, quando necessário, registramos um complemento de provisão para as causas classificadas como de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2016, os processos cíveis classificados como de perda possível totalizavam R\$13.994 e os trabalhistas R\$3.884. Não existem processos tributários com risco de perda possível.

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Saldo no início do exercício	6.643	6.118
Adições	15.196	4.575
Recuperações / realizações	(8.908)	(4.050)
Saldo no final do exercício	12.931	6.643

b) Depósitos judiciais

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados a diversos processos tributários, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Depósitos judiciais trabalhistas	896	871	896	871
Depósitos judiciais tributários	538	716	538	716
Depósitos judiciais cíveis	1.778	3.290	1.811	3.304
	3.212	4.877	3.245	4.891

13. Provisões--Continuação

c) Provisão para encerramento de relação comercial com revendedor

Conforme fato relevante divulgado ao mercado em 28 de novembro de 2014, a Companhia decidiu pelo encerramento da relação comercial que detinha com um de seus maiores lojistas da rede que atuava na região de São Paulo. Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a Companhia registrou provisão para cobrir obrigações assumidas sobre pedidos firmados com consumidores que se encontravam pendentes de entrega e montagem na data do referido distrato, sendo a sua movimentação do exercício demonstrada como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Saldo no início do exercício	9.474	16.398
Adições	-	1.301
Realizações	(3.371)	(8.225)
Saldo no final do exercício	6.103	9.474

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia totaliza R\$187.709 em 31 de dezembro de 2016 e 2015, dividido em 66.086.364 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas e retenção de lucros

Reserva de capital

A reserva de capital é oriunda dos custos de distribuição, atribuídos à Companhia, da oferta primária de ações, no montante de R\$4.027 (R\$2.658 líquidos dos efeitos tributários).

Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até atingir o limite de 20% do capital social. No exercício de 2016 foi revertida a totalidade da reserva legal, no montante de R\$8.493, para absorção de prejuízo do exercício.

Reserva para expansão

Tem a finalidade de assegurar investimentos em bens de ativo imobilizado, acréscimo de capital de giro e planos de expansão de sua rede. É formada com saldo do lucro do exercício ajustado, após dele deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios, e terá como limite máximo montante que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o total do capital social. No exercício de 2016 foi revertida a totalidade da reserva para expansão, no montante de R\$4.949, para absorção de prejuízo do exercício.

14. Patrimônio líquido--Continuação

c) Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido ajustado do exercício, após constituições das reservas previstas em lei. Em 31 de dezembro de 2016 não foram propostos dividendos e juros sobre o capital em razão da Companhia ter apresentado prejuízo.

d) Resultado por ação

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, visto não existirem ações potenciais dilutivas.

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(24.264)	13.105
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	66.086	66.086
Resultado por ação – básico e diluído (R\$)	(0,36716)	0,1983

15. Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Prêmio bancário (*)	2.447	2.636	2.447	2.636
Direito de exploração de marcas	-	1.924	-	1.924
Ganho com alienação do ativo imobilizado	211	61	211	73
Outras receitas operacionais	429	801	541	883
Outras receitas operacionais	3.087	5.422	3.199	5.516

(*) Refere-se a valores recebidos de instituição financeira por volume de financiamentos realizados através da rede de lojas atendidas pela Companhia, sendo a contrapartida a conta de outros ativos.

16. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesas financeiras				
Despesas com IOF e tarifas bancárias	(396)	(471)	(517)	(636)
Despesas com variação cambial	(1.036)	(214)	(1.036)	(214)
Ajuste a valor presente – AVP	(280)	(602)	(280)	(602)
Descontos concedidos	(1.687)	(2.480)	(1.693)	(2.482)
Outras despesas financeiras	(438)	(19)	(449)	(24)
	(3.837)	(3.786)	(3.975)	(3.958)
Receitas financeiras				
Juros recebidos	2.192	2.564	2.242	2.573
Rendimentos de aplicações financeiras	4.894	3.702	5.059	3.892
Receitas com variação cambial	675	1.365	675	1.365
Ajuste a valor presente – AVP	2.982	3.469	2.982	3.469
Outras receitas financeiras	834	700	838	702
	11.577	11.800	11.796	12.001
Resultado financeiro líquido	7.740	8.014	7.821	8.043

17. Transações e saldos com partes relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia realizou as seguintes transações com partes relacionadas:

	Controladora		Controladora		Consolidado	
	Ativo circulante		Receita de vendas		Receita de vendas	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Contas a receber por vendas:						
Unicasa Comércio de Móveis Ltda.	1.904	643	10.768	11.870	-	-
Telasul S.A.	-	-	69	165	69	165
	1.904	643	10.837	12.035	69	165

As operações envolvendo a Companhia e a controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda. referem-se a vendas de produtos acabados (mobiliário corporativo, móveis componíveis entre outros) com o objetivo de revenda para consumidores finais. As operações são efetuadas em condições acordadas entre as partes e com prazo médio aproximado de pagamento de 60 dias.

Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Todos os saldos serão quitados em moeda corrente.

As vendas efetuadas para a Telasul são referentes a produtos prontos, móveis componíveis principalmente. Essas operações são efetuadas em condições acordadas entre as partes e com um prazo médio aproximado de venda de 14 dias.

Remuneração da Administração

A Companhia pagou aos seus administradores (Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal), remuneração no valor total de R\$1.981 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$1.768 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia não oferece a suas pessoas-chave benefícios de remuneração nas categorias de (i) benefício pós-emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações.

18. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta de vendas	232.428	274.223	255.978	299.515
IPI sobre vendas	(10.617)	(12.348)	(10.617)	(12.348)
ICMS substituição tributária (ST) sobre vendas	(2)	(6)	(2)	(6)
Receita bruta de vendas (-) IPI e ICMS ST sobre vendas	221.809	261.869	245.359	287.161
ICMS sobre vendas	(24.904)	(28.201)	(28.178)	(31.628)
Outros impostos sobre vendas (PIS/COFINS/CPRB)	(25.333)	(25.900)	(29.391)	(29.761)
Devoluções de vendas	(570)	(583)	(609)	(654)
Ajuste a valor presente	(2.125)	(2.466)	(2.125)	(2.466)
	168.877	204.719	185.056	222.652

19. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesas por função				
Custo dos bens e serviços vendidos	(106.400)	(120.255)	(105.246)	(119.431)
Despesas com vendas	(59.983)	(59.352)	(79.414)	(78.266)
Despesas administrativas	(32.801)	(20.473)	(32.801)	(20.473)
	(199.184)	(200.080)	(217.461)	(218.170)
Despesas por natureza				
Despesas com pessoal	(39.539)	(40.111)	(48.226)	(49.043)
Despesas com insumos	(78.113)	(91.599)	(77.126)	(90.888)
Despesas com depreciação e amortização	(10.763)	(10.516)	(10.944)	(10.683)
Despesas com serviços de terceiros	(13.890)	(15.562)	(19.235)	(20.531)
Despesas com propaganda	(7.314)	(6.974)	(7.882)	(7.327)
Despesas com comissões	(1.030)	(1.639)	(1.030)	(1.646)
Despesas com provisões	(18.239)	(11.453)	(18.675)	(12.073)
Despesas com processos cíveis	(11.661)	(5.551)	(11.671)	(5.551)
Despesas com baixa de fundo de comércio	(3.064)	-	(3.064)	-
Outras despesas	(15.571)	(16.675)	(19.608)	(20.428)
	(199.184)	(200.080)	(217.461)	(218.170)

20. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais.

a) Instrumentos financeiros - Valor justo

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir, assim com os métodos e premissas para a determinação do valor justo:

- **Caixa e equivalentes de caixa** – Decorrem diretamente das operações e está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço.
- **Aplicações financeiras** – Decorrem diretamente das operações, com os seus valores contábeis informados no balanço patrimonial idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.
- **Contas a receber de clientes e fornecedores** - Decorrem diretamente das operações, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- **Empréstimos concedidos** – São classificados como ativos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais, de forma líquida do ajuste a valor presente. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, e de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes empréstimos concedidos diferem de seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas prefixadas que diferem das atuais taxas de mercado praticadas.
- **Outros passivos financeiros** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante.

20. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

a) Instrumentos financeiros - Valor justo--Continuação

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2016 e 2015, assim como o seu valor justo, estão demonstrados no quadro abaixo:

	Valor contábil				Valor justo			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Ativos								
Empréstimos e recebíveis								
Caixa e equivalentes de caixa	26.052	32.354	27.832	33.204	26.052	32.354	27.832	33.204
Aplicações financeiras	4.779	4.446	4.779	4.446	4.779	4.446	4.779	4.446
Contas a receber de clientes	34.133	52.638	33.847	54.023	34.133	52.638	33.847	54.023
Empréstimos concedidos	5.756	5.798	5.756	5.798	5.897	5.800	5.897	5.800
Passivos								
Outros passivos financeiros								
Fornecedores	(3.093)	(2.093)	(3.343)	(2.204)	(3.093)	(2.093)	(3.343)	(2.204)

Para a determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros a Companhia adotou a técnica de avaliação de preços observáveis ("Nível 2").

b) Gerenciamento de riscos

A Companhia é exposta ao risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de taxas de câmbio, e risco de preço de *commodities*), risco de crédito e risco de liquidez. Os instrumentos financeiros afetados por esses riscos incluem as aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa, contas a receber, e empréstimos concedidos a clientes.

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

A Companhia não realiza operações com instrumentos derivativos ou qualquer outro tipo de operação com propósito especulativo.

- **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar e contas a pagar a fornecedores.

- I. **Risco de taxa de juros**

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas à taxas de juros variáveis.

Nos exercícios de 2016 e 2015 a principal exposição são os empréstimos a receber. Operações de captação de empréstimos ou de seus pagamentos não ocorreram nesses exercícios. A Companhia tem como prática de financiamento a utilização de capital próprio para suas atividades operacionais, de investimento e de pagamento de dividendos. Assim este risco é mitigado nas transações da Companhia.

20. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Gerenciamento de riscos--Continuação

- **Risco de mercado**--Continuação

II. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a incidência de variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, basicamente em operações de exportação de produtos. A Companhia ajusta a sua estrutura de custos e os seus preços de venda de forma a assimilar as oscilações de câmbio. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresenta saldo no contas a receber por vendas ao mercado externo equivalente a USD 531 e não apresenta saldos a pagar em moeda estrangeira.

Sensibilidade a taxas de câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos ativos e passivos em moeda estrangeira, foram definidos dois cenários diferentes para analisar a sensibilidade sobre as oscilações da taxa de câmbio. As composições dessa análise são a deterioração da taxa de câmbio em 25% e 50% em relação à taxa de câmbio de R\$3,26, de 31 de dezembro de 2016. Essa análise identifica os possíveis impactos no total de contas a receber mercado externo nesta data, que totaliza R\$1.730. Por esses cenários haveria uma redução do saldo de contas a receber para R\$1.298 e R\$865, respectivamente, com efeitos negativos no lucro antes da tributação de R\$432 e R\$865. Essas premissas foram definidas com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

III. Risco de preço das commodities

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em função de utilizar *commodities* como matéria-prima (chapas de MDF e MDP) a Companhia poderá ter seu custo dos produtos vendidos afetado por alterações nos preços destes materiais. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço e quando for o caso, utiliza-se da formação de estoques estratégicos para manter suas atividades comerciais. A Companhia tem obtido sucesso na aplicação desta política.

- **Risco de crédito**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, conforme avaliação de sua Administração. Para contas a receber de clientes, a Companhia ainda possui provisão para devedores duvidosos, conforme mencionado na Nota 4.

20. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Gerenciamento de riscos--Continuação

- **Risco de crédito**--Continuação

Contas a receber

O risco de crédito ao cliente é administrado pelo departamento financeiro, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia contava com 28 clientes (19 clientes em 31 de dezembro de 2015) responsáveis por 50,60 % (50,03% em 31 de dezembro de 2015) de todos os recebíveis devidos. A Companhia tem garantias reais e monitora sua exposição. Esses clientes operam com diversas lojas no Brasil. Não há cliente que represente individualmente mais que 10% das vendas.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a necessidade de registro de provisão para perdas é avaliada coletivamente. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pelo departamento financeiro da Companhia e monitorado pela diretoria. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas pela Diretoria Executiva, exclusivamente de primeira linha. Os montantes aplicados são monitorados a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

- **Risco de liquidez**

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. O perfil do passivo financeiro consolidado em 31 de dezembro de 2016 consiste em saldo de fornecedores, no montante de R\$3.010 com vencimento de até três meses e R\$ 333 com vencimento acima de três meses e até um ano, sendo assim, a Companhia não possui juros futuros contratados.

20. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

c) Gestão do capital social

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos e fornecedores, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações de liquidez não imediata, como demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fornecedores	3.093	2.093	3.343	2.204
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(26.052)	(32.354)	(27.832)	(33.204)
(-) Aplicações Financeiras de liquidez não imediata	(4.779)	(4.446)	(4.779)	(4.446)
Dívida líquida	(27.738)	(34.707)	(29.268)	(35.446)
Patrimônio líquido	174.229	198.493	174.229	198.493
Patrimônio líquido e dívida líquida	146.491	163.786	144.961	163.047

21. Seguros

A Companhia adota política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais categorias de seguros estão demonstradas a seguir:

Cobertura	Período de vigência		Importância segurada
	De	Até	
Incêndios, vendavais e danos elétricos			
Máquinas, equipamentos e edificações	2017	2018	149.000
Estoque	2017	2018	21.000
Lucros cessantes	2017	2018	20.400
Responsabilidade civil geral	2017	2018	8.500
Responsabilidade civil para administradores	2017	2018	11.500

22. Informação por segmento

A Companhia tem como operações a industrialização e comercialização de móveis planejados. Os produtos da Companhia, embora sejam destinados a diversos públicos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia, administrados, monitorados e avaliados de forma integrada como um único segmento operacional.

A receita bruta é apresentada a seguir, conforme a segregação por marca e canal de vendas:

	Consolidado	
	2016	2015
Mercado interno		
Dell Anno e Favorita – lojas exclusivas e próprias	134.412	161.503
New e Casa Brasileira – lojas exclusivas	70.800	84.737
New e Casa Brasileira – multimarca	32.047	34.471
Unicasa Corporate	10.513	6.619
Outras receitas	2.919	3.098
	250.691	290.428
Mercado externo	5.287	9.087
Total da receita bruta de vendas	255.978	299.515

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica visto que representa, em 31 de dezembro de 2016, 2,1% da receita bruta (3% em 31 de dezembro de 2015).

23. Compromissos com arrendamento operacional - locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía contratos de locação firmados com terceiros para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis, consolidados, até um ano, totalizam R\$2.257 e acima de um ano e até cinco anos, R\$3.510.

A despesa média mensal de aluguéis pagos em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$173 e em 31 de dezembro de 2015 corresponderam a R\$175. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade entre quatro e cinco anos, sujeitos a encargos financeiros referentes à variação do IGPM ao ano, conforme especificado em cada contrato.

Os aluguéis são quitados dentro do mês corrente, não restando saldo a pagar no final do exercício.

Parcela substancial de alguns aluguéis é vinculada ao faturamento das lojas, existindo um valor mínimo previsto. Adicionalmente o período de carência contratual não é representativo para fins de atendimento à previsão de linearização das despesas.